

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para Clínica de Fisioterapia da secretaria de saúde do município de Tarumã

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)

1.1 Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	NOME	Un. Medida	QTDE.
1	Equipamento de Led e Laserterapia: Características técnicas: Bivolt127/220V 50/60Hz. Dimensões: 27x29,4 x 11,4 (L x A) cm; Peso aproximado, sem acessórios: 2,5Kg; Modo de Operação: operação contínua ou pulsada; Modo de Saída: Função ILIB.	UN	2
2	Aplicador Cluster LED RGB (com 45/leds); comprimentos de ondas: ÂMBAR 590nm, VERMELHO 630nm, VERDE 525nm, INFRAVERMELHO 850nm. Área de contato: 80cm². Modo de emissão: contínuo e pulsado, compatível com aplicador cluster G3 RGB 590/850nm. DESCRIPTIVO TEC.: DEVE SER COMPATIVEL COM MARCA/MODELO: QUIPAMENTO DE LED E LASERTERAPIA	UN	1
3	Aplicador Cluster LED. Comprimentos de ondas: VIOLETA 410nm, VERMELHO 630nm, AZUL 450nm. Área de contato: 80cm². Modo de emissão: contínuo e pulsado. DESCRIPTIVO TEC.: DEVE SER COMPATIVEL COM MARCA/MODELO: QUIPAMENTO DE LED E LASERTERAPIA	UN	1
4	Aplicador Cluster LED RGB e LASER 808 nm. Cores de Led e comprimentos de ondas: VERMELHO 630nm, VERDE 525nm, AZUL 450nm LASER INFRAVERMELHO 808nm. Área de contato: 20cm². Modo de emissão: contínuo ou pulsado. DESCRIPTIVO TEC.: DEVE SER COMPATIVEL COM MARCA/MODELO: QUIPAMENTO DE LED E LASERTERAPIA	UN	1

5	<p>Aparelho de ondas de choque com 1 aplicador. Alimentação: 100/240v 50/60hz; Energia: 60 a 200mj; Frequência 1 a 22 Hz; Disparos: livres ou de 1 a 9999; Modo de pulso: único ou sequencial; Modo de rampa: On e Off; Protocolos particulares: 1 a 20; Protocolos pré programados: estética (1 a 9) e reabilitação física (1 a 25); Limites de energia por frequência: De 60mJ a 90mJ: de 1 a 22 Hz; De 60mJ A 120mj: de 1 a 19Hz; De 60mJ a 180mJ: 1 a 18Hz; De 60mJ a 200mJ: de 1 a 16 Hz.</p> <p>Acompanhar: 2 proteções da ponteira do aplicador; 3 projéteis aplicador; 1 gabarito para avaliação da ponteira, 1 manual de operações digital, 1 aplicador 1 cabo de PP fêmea I.E.C 3 x 0.75 x 1500mm, 1 cartela de fusível de proteção, 1 pedal, 1 cubeta branca, 1 espátula branca, 1 fita métrica branca, 1 ponteira plástica 6mm, 1 ponteira plástica 15mm, 1 ponteira plástica 25mm, 1 ponteira plástica 34mm, 1 ponteira metálica 6mm, 1 ponteira metálica 15mm, 1 ponteira metálica 25mm, 1 ponteira metálica 34mm.</p>	UN	1
6	<p>Aparelho de Tecarterapia e Radiofrequência. Características técnicas: Alimentação: bivolt automático 110/240 V /60 Hz; Potencia de entrada: 300VA; Fusíveis: 3A Ação rápida 250V (F) capacidade de ruptura 50A; Classe elétrica: classe I; Proteção Elétrica: TIPO BF. Dimensões do aparelho: 45 cm x 34 cm x 20 cm (L x P x A); Peso do aparelho: 3,5 Kg; Características de saída: Potencia total: 180W; Frequência: 650K Hz 2400KHz. Duração de funcionamento: Tempo da sessão: 1 a 50 minutos; Modo de trabalho: Contínuo. Acompanhar: 1 cabo de alimentação elétrica; 1 Aplicador multifuncional; 1 aplicador de radiofrequência bipolar; 1 aplicador de radiofrequência tetrapolar; 2 suportes laterais; 1 placa de retorno.</p>	UN	1
7	<p>Aparelho de laserterapia e Terapia Fotodinâmica Portátil. Características técnicas: Laser de baixa intensidade; Bivolt; Dimensões: 320mm x 250mm x 120mm (CxLxA); Peso: 1,6 k; Alimentação: Bateria: Ve: 100 – 200V / 50-60Hz; Vs: 9V/1,2A; Área do feixe laser de saída no BICO da caneta laser: 3mm²; Dimensões do produto: 54 x 50 x 23cm; 6,8 quilogramas.</p>	UN	1
8	<p>Aparelho de Ultrassom 1 e 3 MHZ. Características técnicas: bivolt 100/240V 50/60Hz; Largura: 27 cm; Profundidade: 16,6 cm; Altura: 12,5 cm; Peso (com transdutor): 1,4 Kg; 1 cabo PP fêmea IEC – 2 x 0,75 x 1500mm; 1 bisnaga de gel (cap. de 100g); 1 kit cabeçote de silicone NTC.</p>	UN	1
9	<p>Maquina de gelo 50kg. Descrição: Capacidade de produção para até 50 kg/dia; Isolamento térmico em poliuretano injetado; Revestimento externo e, aço inox 304; Porão depósito em vacuum-forming; Estrutura do mecanismo de transformação (líquido para sólido) em aço inox 304; Pés emborrachados antiderrapantes com regulagem de altura; Leds indicativos de funcionamento da maquina; Filtro para água com 2 metros de mangueira; Voltagem: 220V. Voltagem, (220V); Unidade de refrigeração: 1/4CV; Gás R-134; Capacidade aproximada de produção em peso: 2875 Cubos/dia. Capacidade aproximada de armazenamento de gelo: 6 Kg</p>	UN	1

10	<p>Aparelho de Ondas Curtas para Fisioterapia. Modo de operação: contínuo e pulsado; Frequência de operação: 27,12 Mhz 0,6%; Modo contínuo: 180W (pico) 10%; Duração dos pulsos: 400uS 10%; Frequência dos pulsos 45,70,85,115,145,175,200,230,300, e 400 Hz. 10%; Ajuste de sintonia c/ indicador em barras de led's; Controle de intensidade: permitir ajuste linear; Temporizador: 10 – 30 min 20% com sinalização acústica e desligamento do circuito de saída; Alimentação: 220V; Consumo Máximo :550VA; Classe de segurança e proteção: classe I parte aplicada tipo BF de acordo com NBRIEC601.1:1998</p>	UN	1
11	<p>BICICLETA ERGOMÉTRICA VERTICAL Assento, em couro PU, anatômico e ajustável vertical e horizontalmente em até 12 níveis; Possuir Monitor LCD Multifuncional com monitorização de tempo, distância, calorias queimadas e frequência cardíaca; Possuir Sensor de Pulso. Pedais com Encaixe: fabricados em alumínio com superfície antiderrapante e alça ajustável. Guidão com ajuste vertical com no mínimo 6 níveis; Peso Suportado: no mínimo até 130 kg; Roda de inércia de 10 a 11KG permitir atingir até 20KG. Sistema de intensidade magnética; Painel multifunções; Sistema de transmissão por correia; Rodas para locomoção; Material: Aço, Plástico ABS, Placa de Ferro e Pedais em alumínio.</p>	UN	1
12	<p>Cadeira extensora/flexora conjugada profissional. Cadeira conjugada, 2 em 1 – Extensora e flexora 3 polegadas; Pintura eletrostática em cor preta; Estofamento com espuma de alta densidade revestida em EVA; Bateria de pesos com 80Kg; Guias de pesos zincada; tubo em 3 polegadas; Dimensões aproximadas do equipamento: Largura 87 cm, Comprimento 1.32 m, Altura 1.70 m, Peso Total 151 Kg.</p>	UN	1
13	<p>Cadeira Conjugada Adutora/Abdutora Profissional. Cadeira conjugada, 2 em 1 Adutora e Abdutora 3 polegadas; Pintura eletrostática em cor preta; Estofamento com espuma de alta densidade revestida em EVA; Bateria de pesos com 80Kg; Guias de pesos zincada; Tupo em 3 polegadas. Dimensões Aproximadas do equipamento: Largura 1.00 m, Comprimento 1.40 m, Altura 1.53m, Peso Total 132 Kg.</p>	UN	1
14	<p>Prancha de molas para pilates, com barra de apoio regulável e removível, produzida em madeira maciça, alumínio e molas black; Medidas aproximadas 200cm de altura, 52cm de largura; Deve acompanhar 02 molas para trabalho de braço – tensão leve; 02 molas de braço e perna - tensão média; 02 molas para trabalho de pernas – tensão forte; 02 alças para mãos; 02 alças para pés; 01 trapézio / Barra Roll Down; 01 bastão de madeira; 24 opções de carga para posicionamento das molas.</p>	UN	1

Prazo de vigência da contratação

O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contados da data da assinatura do contrato.

Natureza do objeto

Modalidade de Aquisição, sendo os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea „b” da Lei n. 14.133/2021)

A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea „c”)

A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea „d” da Lei nº 14.133/21)

Apresentação do Catálogo do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados (catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto) de todos os produtos;

Ademais, a Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas no Edital de Licitação, bem como aos dispostos na Lei nº 14.133/2021, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Demais requisitos citados no Estudo Técnico Preliminar.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo o valor referencial ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21) **Rotinas de fiscalização Contratual**

Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação

do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

São obrigações da Contratante:

Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

Com a finalidade de controlar e gerenciar, fica a servidora pública municipal, Sra. Simony Valeze Moraes Rocha, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº. 42.023.792-6 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 340.139.218-20, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

São obrigações da Contratada:

Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente

certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

Manter, durante toda a Vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto:

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Liquidação:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao

contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do Recebimento

8.5.1 A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando do **SISTEMA DE CONTRATAÇÃO**.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a

regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

Registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO) em plena validade, do profissional que irá prestar os serviços;

Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz

ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato. Ficha 1027 (4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE), Fonte 2 -0 recurso de emenda Parlamentar.

Tarumã, 29 de Julho de 2024.

Lucilena Pereira Santos
Supervisora de Programas
Prefeitura Municipal de
Tarumã